

	Autor	Contribuição
1	Daniel Todtmann Montandon Professor na Universidade UNINOVE	Reforça a importância de tratar dos critérios para finalização das Operações Urbanas e Operações Urbanas Consorciadas. Questiona se o fim de uma operação urbana é quando não há mais estoques ou quando já houve vinculação dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) disponíveis. Indica também a importância da discussão sobre os Planos de Intervenções das Operações Urbanas analisando se eles precisam ou não ser necessariamente implantados em sua integralidade, já que este é um plano com um conjunto de medidas que devem ser alcançadas com recursos auferidos das Operações. Também reitera a necessidade do PDE definir regras mais claras na incidência dos demais instrumentos no território. Por fim, indica a superveniência de um regramento específico trazido pela nova Lei de 2014, em relação às Operações Urbanas de 1995, de 1997 e 2001.
2	Daniel Todtmann Montandon Professor na Universidade UNINOVE	Afirma que o PIU é uma evolução do PUE e ressalta que houve uma evolução na conceituação do instrumento, tanto que há hoje uma quantidade de propostas de PIU maior do que se tinha durante a vigência do Plano Diretor de 2002. Destaca que coloca essa comparação para explicitar a evolução ocorrida nesse tema, ressaltando a importância do entendimento da figura do PIU, sendo este um projeto definidor de intervenções, de regras específicas e de instrumentos no território. Afirma que faz sentido que, ao se alterar índices, isso seja aprovado por lei, devendo passar pelo Legislativo. Ademais, reforça que é preciso um debate acerca desses instrumentos por parte da prefeitura.

3	Eduardo Della Manna Conselheiro CMPU	Afirma que é preciso definir se PIU é plano urbanístico ou projeto.
4	Yully Henrique Fernandes Munícipe	Conta que o Pari já teve vários usos e, por muito tempo, os moradores conviveram harmoniosamente com eles. Contudo, em 2006 começou uma infestação de edificações, não cumprindo a legislação na região. Isso promoveu a saída da população do bairro e aumentou o número de galpões comerciais na região. Aponta também que o instrumento de Outorga Onerosa pode até ter sido feito corretamente, mas não percebe nada sendo revertido para sua região. Menciona que não houve melhoria na mobilidade urbana nem no direito à moradia digna. Defende que tudo seja feito dentro da legislação e levando em consideração a população local. Por fim ressalta que é preciso melhorar o sistema de fiscalização de obras.